

TOLERÂNCIA PARA A RECUPERAÇÃO ZERO



Os professores exigem

- A contagem integral do tempo de serviço que cumpriram; eliminação das vagas aos 5.º e 7.º escalões; fim das quotas da avaliação.

Os professores consideram

- Terão de ser recuperados integralmente os 9A 4M 2D, dos quais ainda faltam 6A 6M 23D, todo o tempo perdido devido às vagas; as perdas resultantes das alterações da estrutura da carreira em 2007 e 2009;
- Que, por opção, deverão poder usar o tempo perdido para despenalizar antecipação da aposentação ou majorar o valor da pensão;
- Que nenhum docente poderá ser excluído do processo de recuperação integral do tempo de serviço.

Os professores admitem

- Um processo faseado de recuperação do tempo de serviço e consequente reposicionamento na carreira.

O Ministério da Educação apresentou uma proposta que

- Não considera um único dos 2393 dias (6A 6M 23D) congelados e ainda não recuperados;
- Não elimina as vagas nem as quotas;
- Mantém a discriminação dos docentes do continente em relação aos que exercem nas regiões autónomas;
- Não elimina as perdas de tempo de serviço das transições entre estruturas de carreira;
- Não resolve o problema das ultrapassagens na carreira e provoca novas desigualdades;
- Exclui quem entrou na profissão nos últimos 18 anos;
- Exclui quem, nos 9 anos, 4 meses e 2 dias de congelamento esteve algum dia desempregado ou contratado em horário temporário ou incompleto;
- Exclui quem, na sequência de avaliação, já estaria isento de vaga;
- Exclui quem, reunindo os requisitos exigidos, ainda não ingressou na carreira.

A proposta do Ministério da Educação é omissa, não esclarecendo

- Se serão recuperados os meses perdidos no 4.º e no 6.º escalão por parte de quem obteve vaga no ano em que cumpre os requisitos
- Se quem ficar isento de vaga progride no dia 1 do mês seguinte ao do cumprimento dos requisitos ou apenas em 1 de janeiro do ano seguinte, perdendo mais tempo;
- Se serão recuperados os 2 anos, 9 meses e 18 dias de quem prescindiu, no todo ou em parte, para subir na lista e obter vaga, bem como quem, no reposicionamento, usou tempo de contratação (múltiplos de 365 dias) para o mesmo efeito;
- Como serão compensados os docentes que deveriam ter sido reposicionados acima do 4.º ou do 6.º escalão, mas não foram devido às vagas;
- Se a redução de um ano na duração do escalão, para docentes acima do 6.º que não ficaram a aguardar vaga, se completará no seguinte para quem estiver a menos de 1 ano de progredir;
- Se serão considerados os docentes que cumpriram os 9 anos, 4 meses e 2 dias de congelamento, na totalidade ou em parte, no ensino particular e cooperativo, muitas vezes por falta de emprego no público.

O estudo divulgado pela ANDE, confirma que a proposta do ME

- Deixa de fora mais de 90% dos docentes em exercício de funções;
- Afinal, não abrange cerca de 80% dos 60 000 docentes que a propaganda do governo tem vindo a anunciar;
- Tem uma despesa que não vai além de 1/3 daquela que o governo tem vindo a divulgar.

**TOLERÂNCIA
PARA A RECUPERAÇÃO ZERO**



A luta dos professores terá de continuar e a próxima será a **Greve e Concentração por distritos de 17 de abril a 12 de maio**



**VAMOS UNIR OS
PROFESSORES E OS
EDUCADORES DE
TODO O PAÍS**

Porto • Viseu • Vila Real
• Viana do Castelo •
Setúbal • Santarém •
Portalegre • Leiria •
Guarda • Faro • Évora •
Coimbra • Castelo Branco
• Bragança • Braga • Beja
• Aveiro • Lisboa

12:00

**Ao meio-dia toca para Greve;
de tarde os professores e os
educadores encontram-se nas
concentrações previstas para
as capitais de distrito**

**Enquanto os professores não
forem respeitados e a profissão
valorizada, NÃO PARAMOS!**